

IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA: UM ESTUDO DE AVALIABILIDADE

Filipe das Mercês Ramos da Silva¹; Silvone Santa Bárbara da Silva Santos²

1. Estagiário PEVIC, Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: felipefsa11@hotmail.com

2. Orientadora, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail:

silvone.santabarbara@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação em Saúde; Política de Saúde; População Negra.

INTRODUÇÃO

A população negra abrange, segundo o censo de 2010, cerca de 51% da população brasileira. No entanto, mesmo representado uma parcela significativa do contingente populacional brasileiro, pretos e pardos ainda sofrem com as consequências das desigualdades sociais resultantes do processo de constituição e desenvolvimento desta civilização. Tais desigualdades se manifestam de diversas maneiras, como no baixo nível de escolaridade, nas altas taxas de desemprego e nas suas precárias condições de saúde (OLIVEIRA,2004).

Após anos de luta pela democratização da saúde, o Conselho Nacional de Saúde aprovou, em 2007, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), cujo objetivo é garantir a equidade na efetivação do direito humano à saúde em seus aspectos de promoção, prevenção, atenção, tratamento e recuperação de doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis (BRASIL, 2007).

Percebe-se então que a PNSIPN necessita ser avaliada para que sejam esclarecidos os pontos positivos e as fragilidades da mesma. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi realizar um estudo de avaliabilidade sobre a implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, principalmente no estado da Bahia.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de avaliabilidade que permitiu analisar a plausibilidade da construção de um modelo avaliativo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), por meio da montagem de um esquema de pré-avaliação da mesma. Optou-se por um delineamento exploratório qualitativo, do tipo análise documental, tendo em vista as fontes que seriam úteis para o desenvolvimento do trabalho.

A coleta de dados ocorreu entre o período de setembro de 2016 e abril de 2017, por meio: a) da análise de documentos legais sobre a política, tais como a Portaria nº 992, DE 13 de maio de 2009 que institui a PNSIPN e as cartilhas publicadas pelo Ministério da Saúde; b) da revisão do plano de indicadores elaborado no projeto de pesquisa intitulado “AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA E A INTERSECÇÃO DO RACISMO SOBRE AS PRÁTICAS DE CUIDADO EM ESTADOS DO NORDESTE E DO SUDESTE BRASILEIRO”, financiada pelo CNPq; c) de reuniões com informantes-chave, identificados na fase exploratória da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A avaliação dos documentos legais revela que o objetivo principal da PNSIPN é reduzir as desigualdades étnico-raciais e promover o combate ao racismo institucional no SUS.

O plano de indicadores, presente no já referido projeto, demonstrou ser um instrumento útil e relevante nesse processo de pré-avaliação, sendo um dos componentes fundamentais do modelo lógico descrito mais adiante. Ferreira, Cassiolato e Gonzalez (2009) partem do pressuposto que o indicador é uma medida de ordem quantitativa ou qualitativa, cuja função é

apreender informações importantes sobre o objeto estudado. Para tornar viável a aplicação dos indicadores, o plano leva em consideração a existência de três dimensões de análise, distintas porém indissociáveis: a dimensão da atenção à saúde, a dimensão da gestão e a dimensão do ensino e pesquisa. Cada dimensão contempla determinada quantidade de indicadores dispostos em variáveis específicas, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição dos indicadores nas diferentes dimensões de análise

| | VARIÁVEL | INDICADOR |
|---|--|---|
| I. Dimensão da Atenção à Saúde | Assistência pré-natal | % de assistência pré-natal nas mulheres negras |
| | | % de exames realizados pelas mulheres definidos na consulta pré-natal |
| | Comitê de vigilância a mortalidade materna | Implantação de comitê de mortalidade materna |
| | | Comitê de mortalidade materna realizando as investigações |
| | Criação de instância de promoção da equidade em saúde | Implantação de instância de promoção da equidade em saúde |
| | Vigilância de violência e acidentes | Implantação de vigilância de violência e acidentes |
| | Mortalidade infantil pós-neonatal por doenças diarreicas e pneumonia | Vigilância de óbito infantil na população negra |
| | | Razão: mortalidade por doenças diarreicas e pneumonia na população negra na infância / total de óbitos na infância pelo mesmo grupo de causas |
| | Atenção às pessoas com Doença Falciforme | Unidade de Saúde com atendimento às pessoas com Doença Falciforme |
| Desenvolvimento de ações de saúde em áreas remanescentes de Quilombos | Ações desenvolvidas em Comunidades Quilombolas | |
| Desenvolvimento de ações de saúde junto à Comunidades tradicionais de Matriz Africana | Ações desenvolvidas com Comunidades Tradicionais de Matriz Africana | |
| II. Dimensão da Gestão | Controle Social | Representantes de entidades negras como conselheiros de saúde |
| | | Conselheiros participando da elaboração de planos e projetos voltados para a saúde da população negra |
| | | Projeto ou plano de ação voltado para a população negra apresentado no conselho municipal de saúde |

| | | |
|------------------------------------|--|--|
| | Processo decisório | Processo decisório baseado nas diretrizes propostas no Plano Municipal de Saúde |
| | | Existência de instância de promoção de equidade em saúde |
| III. Dimensão do Ensino e Pesquisa | Introdução da abordagem étnico-racial nos processos de formação das instituições públicas de ensino superior | Presença de disciplinas que contemplem a abordagem étnico racial na grade curricular dos cursos de saúde |
| | Produção bibliográfica sobre a Saúde da População Negra | Produção bibliográfica sobre a Saúde da População Negra no Brasil e na Bahia |

Fonte: Plano de indicadores do projeto “Avaliação da Atenção à Saúde da População Negra e a Intersecção do Racismo Sobre as Práticas de Cuidado em Estados do Nordeste e do Sudeste Brasileiro”

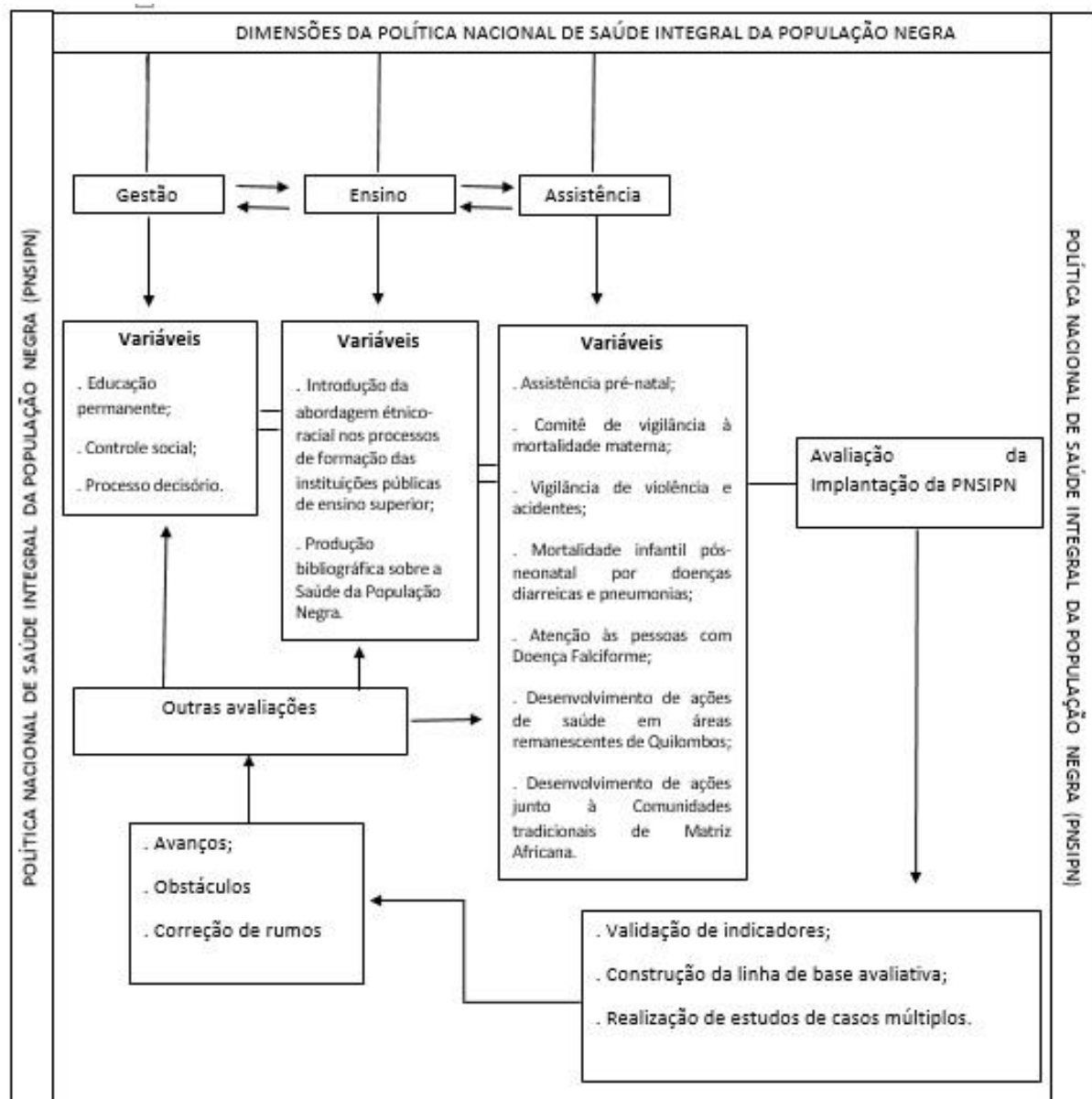


Figura 1: Modelo lógico para estudo de avaliabilidade da PNSIPN

A reunião com os experts na temática, permitiu uma discussão mais aprofundada sobre o plano de indicadores, acrescentando-se variáveis e indicadores considerados fundamentais e retirados outros, que segundo análise desse grupo, não iria interferir na avaliação da implantação da Política de Atenção à saúde da População Negra.

A criação de um modelo lógico da PNSIPN (figura 1), resultado desse trabalho, possibilitou caracterizar o processo de avaliação, sinalizando para a importância, utilidade e oportunidade da avaliação dessa política. Através deste estudo, será possível maximizar a etapa da avaliação propriamente dita, direcionando para as dimensões e variáveis que permitirá a emissão de um juízo de valor, podendo direcionar para um processo de tomada de decisão e correção de rumos. Preceder a avaliação com este tipo de estudo também maximiza os recursos que serão utilizados, nas avaliações formais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que é possível avaliar a PNSIPN nas três dimensões definidas previamente, sendo necessário, no entanto, a validação desses indicadores a partir da participação de expertises na área da saúde da população negra, da avaliação de políticas e na área de psicometria e linguística.

O desenvolvimento do modelo teórico da avaliação, a partir deste estudo, permitirá subsidiar avaliações futuras e correções de rumos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília: MS; 2007.

OLIVEIRA, M.; FIGUEIREDO, N. D. Crítica sobre políticas, ações e programas de saúde implementados no Brasil. In: LOPES, F. (Org.). **Saúde da População Negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade** [relatório Final –Convênio UNESCO projeto 914BRA3002]. Brasília: Funasa/MS, 2004.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Como elaborar Modelo Lógico de programa: um roteiro básico. Brasília: 2007. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/TDs/td_1369.pdf>. Acesso em: 14 set 2017.